

As aldeias portuguesas



Ermelo

A Urbe tem vindo a fazer nos últimos meses uma pesquisa de âmbito nacional acerca das aldeias desertas ou em riscos de desertificação. Esta pesquisa tem por objectivo localizar situações de acentuada depressão que possam eventualmente ser potenciadas para o desenvolvimento de oferta turística.

Com a colaboração de muitas dezenas de câmaras municipais, temos visitado aldeias de norte a sul do País, procurando estabelecer simultaneamente um “caderno de encargos” que descreva as condições que melhor potencializam uma aldeia para a realização de um empreendimento turístico e por outro lado, elaborar sobre um conceito estratégico de investimento turístico à escala da aldeia: e aqui surge o problema da escala do investimento como pano de fundo do modelo a desenhar.

Entre as condições que uma aldeia deverá oferecer, algumas existem que se relacionam directamente com a sua situação geofísica e que são independentes do cuidado que se tenha com elas. Neste grupo de requisitos temos a proximidade de um aglomerado grande, a paisagem que se desfruta da aldeia e a existência de um espelho de água nas suas imediações.

A proximidade de aglomerados com alguma dimensão permitiu a muitas aldeias ganharem novas funções, relacionadas com a natureza de aldeia-dormitório, uma vez perdida a sua

vocação predominantemente agrícola, ou coincidentemente com ela. Na maioria destas aldeias espalhadas pelo País, verifica-se que a construção nova coincide com a velha, encontra-se à esquina e a meio das ruas, sem planeamento e sem o cuidado que seria desejável. São muito poucos, ainda, os casos em que existe a sensibilidade urbanística, cultural e económica de garantir alguma coerência, ou pelo menos um equilíbrio racional, entre o novo e o antigo em matéria de traça, ou pelo menos de revestimentos, pavimentos, ferragens, e outros elementos constitutivos.

Assim, a natural revalorização dos solos que acontece quando a aldeia começa a ser procurada por pessoas “da cidade”, junta-se o desequilíbrio urbanístico, dois factores dissuasores do investimento turístico.

A paisagem é um elemento quase essencial em turismo. Dificilmente existem clientes para turismo em aldeia que aceitem passar sem horizontes. As excepções serão algumas, poucas, aldeias em que outros elementos estejam de tal modo valorizados que consigam fazer esquecer a importância deste. É o caso da proximidade da praia, todavia, creio que apenas restará uma aldeia no País com grande proximidade à praia e em situação de quase abandono humano, tal o nível de ocupação a que está sujeito o nosso litoral.

O espelho de água, o rio, a ribeira com caudal permanente, a piscina natural, são condições de excelência que muitas aldeias nossas apresentam, paraísos esquecidos, muitos deles sem vitalma, à espera de serem redescobertos e reapreciados. A água, neste sentido, representa uma mais valia inestimável, por todos os motivos: a frescura que assegura, a beleza permanente, os elementos adicionais de animação que proporciona, o som murmurante, ou o seu silêncio, diverso do silêncio da terra só.

Outro tipo de condições exigidas para realizar um empreendimento turístico numa aldeia, são as que relacionam directamente com o homem, a sua actuação sobre o tecido edificado e o papel que as autoridades locais desempenham. É essencial que a aldeia tenha coerência patrimonial. Não precisa de ter nenhum monumento nacional, nada de excepcionalmente relevante em termos construídos, para se poder tornar um destino turístico à sua escala.

O que não pode apresentar, é a dissonância a cada esquina, o casão clandestino feito em bloco e cimento, sem o menor cuidado, ao lado de uma casa ancestral em granito; as janelas de alumínio na ampliação clandestina pintada de amarelo vivo ao lado da capela, as paredes de uma casa em tijolo e cimento, sem desenho, a rematar uma frente de rua em xisto, cuja origem se perde na bruma da história.

O equilíbrio entre o novo e o antigo pode ser encontrado definindo um perímetro de expansão à aldeia, com regras próprias e salvaguardando assim o casco antigo, se os interesses endógenos e exógenos o justificarem. Quando não, pode e deve ser exigida coerência a quem amplia e a quem constrói na aldeia. Coerência com o existente, com os ritmos e os desenhos das fachadas, com os seus materiais de revestimento, com as suas ferragens, e o mais que caracterize a aldeia, sem cair em exageros que de nada servem excepto para

pôr as pessoas a procurar uma saída realista, ainda que venal.

O planeamento na aldeia não tem de ser puro e duro, tem de ser razoável, compreensivo, e rigoroso quanto baste para lhe manter a coerência estética, arquitectónica e urbanística necessárias à valorização da aldeia, deixando-a respirar e evoluir. De modo a evitar que lhe faltem argumentos no julgamento que é feito pelo decorrer do tempo. Dito doutro modo, não precisamos de Planos de Pormenor, precisamos de regulamentos simples, discutidos com as pessoas, e com uma vertente pedagógica muito significativa.

Não faz sentido o raciocínio “de freguesia” de alguns autarcas, que têm optado, desde há décadas a esta parte, por tudo permitir nas aldeias, indiferentes na prática ao seu destino, que esse comportamento displicente traça negro. É o medo de perder alguns votos que impede na prática muitos autarcas de actuar no sentido de assegurar que as aldeias, ainda que em forte queda demográfica, mantenham incólumes os seus melhores argumentos, que são o ambiente que propiciam, ao qual se liga directamente a singeleza do seu património edificado, mais pobre ou mais rico. Essa manutenção só acontece com algum, moderado, rigor urbanístico.

Ronald Reagan, quando ainda Governador da Califórnia, foi aconselhado a não aumentar os impostos, sob pena de não ser reeleito: “Mas eu não fui eleito para ser reeleito”. Esta é a resposta inteligente de um autarca capaz, que seguramente, actuando com essa convicção, não deixará de ser reeleito pelos mesmos que lhe fazem as fitas e os amuos na aldeia.

Aliás, está à vista o que vem acontecendo em muitas aldeias onde se retomou esse rigor e que são sujeitas a alguns investimentos públicos, designadamente no seu espaço público urbano. Surgem alguns pequenos pólos comerciais e desenvolvem-se negócios imobiliários tendentes ao aproveitamento das casas para segunda habitação, ou mesmo para aluguer sazonal. É assim em Montesinho, em Trás-os-Montes, como é na aldeia do Arripiado, no Ribatejo.



Pereiro - Casa mãe

Quando falamos de investimento turístico, todavia, a coerência patrimonial e as outras condições descritas, não resolvem o problema de escala. Se se quiser realizar um *resort*, ou um hotel, para além da escolha da localização e de todos os elementos com ela relacionados – visibilidade, ou não, qualidade ambiental, necessidades de mercado existentes que se pretende satisfazer, etc. – temos uma relação necessária do custo com a rentabilidade almejada. Um hotel de baixo custo pode não proporcionar refeições para além do pequeno-almoço, e os seus hóspedes procurarão as alternativas que a cidade lhes proporciona no capítulo da restauração. Um grande hotel pode desenvolver um complexo de piscinas, optando por as pôr a funcionar à medida que vai tendo clientes que o justifiquem. O número de quartos que se vai construir, ou de edifícios, depende de considerações urbanísticas e da análise que se faça do mercado.

Na aldeia, as pessoas também têm de almoçar e jantar – e em muitas aldeias não existe sequer um café. As casas que se podem construir, se é que se pode construir alguma – muitas aldeias estão hoje em terrenos de REN e RAN, sobretudo as abandonadas, e não têm um perímetro urbano definido – têm a inevitável limitação do ambiente original, que lhes proporciona a “magia do lugar”, que uma vez perdido por via da construção, não mais se recupera. E desequilibrar uma pequena aldeia acontece com muita facilidade...

O número de quartos que se podem construir num empreendimento de turismo de aldeia, são três por casa. O número mínimo de casas, é de cinco. Ou seja, para desenvolver um empreendimento de turismo de aldeia, não vale agarrar no convento em ruínas



Arripiado

e fazer uma pousada... O turismo de aldeia deve de facto proporcionar um ambiente de aldeia, e se possível uma pedagogia concomitante, aos seus clientes. Na aldeia com condições para este tipo de turismo... não há procura turística. Como conseguir então desenvolver um empreendimento rentável neste contexto físico, económico e social?

O segredo está na escala. Se a escala é inconveniente, criemos outras escalas. Em vez de fazer um empreendimento, devem construir-se redes de pequenos empreendimentos, que polarizem a procura e a promovam. Se um empreendimento não permite manter aberto um restaurante, concentrem-se vários empreendimentos de aldeia num tempo de deslocação curto, de modo a clusterizar a oferta de restauração, assim como as de entretenimento e as alternativas de lazer. Simultaneamente, diminuámos os custos de gestão e de manutenção. Existem múltiplas soluções para o desenvolvimento do turismo nas aldeias portuguesas e elas representam um enorme potencial do País, que está ao lado da maior potencia turística europeia, que é Espanha.

O mercado está sôfrego de opções de qualidade, de novos contextos em que a qualidade ambiental se junte à segurança e ao descanso. De destinos turísticos com novas escalas, mais humanas.

As nossas aldeias, as preservadas, e as outras, se investirmos na correcção das suas dissonâncias, têm tudo para dar certo no Turismo do presente. Porque têm a escala certa.

ROGÉRIO GOMES,
Presidente da Urbe (Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção),
Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental